

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.430.241 - SP
(2019/0010340-2)**

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI
AGRAVANTE : CLAUDINÉIA FERNANDES PEREIRA
AGRAVANTE : LEANDRO MARTINS SILVA
AGRAVANTE : KETLYN FERNANDES PEREIRA
ADVOGADO : IGOR FERNANDES PEREIRA - SP394994
AGRAVADO : AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A
ADVOGADOS : MARIA CRISTINA ALVES - SP050664
BRUNO CESAR ALVES PINTO - DF026096
CARLOS MAXIMIANO MAFRA DE LAET - SP104061
JÉSSICA AFONSO FURLANETTI - SP409144

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL C/C INDENIZAÇÃO. FUNDAMENTAÇÃO. AUSENTE. DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 211/STJ. FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA 283/STF. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. COTEJO ANALÍTICO E SIMILITUDE FÁTICA. AUSÊNCIA.

1. Ação de rescisão contratual c/c pedido indenizatório, fundada na negativa de autorização para realização de tratamento ortodôntico.
2. A ausência de fundamentação ou a sua deficiência importa no não conhecimento do recurso quanto ao tema.
3. A ausência de decisão acerca dos dispositivos legais indicados como violados, não obstante a interposição de embargos de declaração, impede o conhecimento do recurso especial.
4. A existência de fundamento do acórdão recorrido não impugnado – quando suficiente para a manutenção de suas conclusões – impede a apreciação do recurso especial.
5. O reexame de fatos e provas em recurso especial é inadmissível.
6. O dissídio jurisprudencial deve ser comprovado mediante o cotejo analítico entre acórdãos que versem sobre situações fáticas idênticas.
7. Agravo em recurso especial conhecido. Recurso especial não conhecido.

DECISÃO

Em face das razões de e-STJ fls. 441/444, reconsidero a decisão de e-STJ fls. 437/438 e passo a novo exame do recurso interposto por CLAUDINÉIA FERNANDES PEREIRA, fundamentado nas alíneas “a” e “c”

do permissivo constitucional.

Agravo em recurso especial interposto em: 27/08/2018.

Concluso ao gabinete em: 16/04/2019.

Ação: de rescisão contratual c/c pedido indenizatório, ajuizada por CLAUDINÉIA FERNANDES PEREIRA, LEANDRO MARTINS SILVA e KETLY FERNANDES MARTINS, em face de AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S/A, fundada na negativa de autorização para realização de tratamento ortodôntico.

Sentença: julgou procedente os pedidos de resolução contratual formulado por LEANDRO MARTINS SILVA e KETLY FERNANDES MARTINS e julgou parcialmente procedente o pedido em relação a CLAUDINÉIA FERNANDES PEREIRA, para condenar a agravada a custear o tratamento ortodôntico objeto da demanda.

Acórdão: negou provimento às apelações interpostas pela agravante e pela agravada, nos termos da seguinte ementa:

Apelação. Plano de saúde odontológico. Ação de obrigação de fazer. Cobertura de tratamento de canal. Negativa de cobertura fundada em observância do prazo de carência. Conjunto probatório que demonstrou a urgência do procedimento médico. Súmula n. 103 do TJ/SP. Abusividade reconhecida. Cobertura devida. Precedentes. Honorários fixados em conformidade com a razoabilidade e os parâmetros legais. Verba mantida em R\$ 2.000,00. Recurso da autora. Danos morais. Situação que não ultrapassou o mero aborrecimento ou dissabor cotidiano. Ausência de agravamento da doença que afasta a pretensão indenizatória. Litigância de má-fé afastada. Fatos narrados que não configuram nenhuma das hipóteses do art. 17 do CPC/73, vigente à época da instrução. Decisão mantida. Recursos improvidos.

Embargos de declaração: opostos pela agravante, foram rejeitados.

Ressaltou que a alegação de que a liminar teria sido cumprida apenas dois meses após da tutela antecipada não configuraria litigância de má fé apta a ensejar a aplicação de multa.

Recurso especial: alega violação do art. 6º, VI, do CDC, dos arts.

186 e 927, do CC/02 e dos arts. 80, I, II e V, 81, 489, §1º, VI, 927, IV, 932, V, "a" e 966, V, do CPC/15, bem como dissídio jurisprudencial.

Afirma que deveria haver a reparação por danos extrapatrimoniais tendo em vista a recusa de tratamento de urgência/emergência. Além disso, sustenta que haveria deslealdade processual da agravada e que teria comprovado que ela teria alterado a verdade dos fatos para se isentar de qualquer sanção.

É O RELATÓRIO. DECIDO.

- Julgamento: CPC/15

- Da fundamentação deficiente

Os argumentos invocados pelo agravante não demonstram como o acórdão recorrido violou os arts. 489, §1º, VI, 927, IV, 932, V, "a" e 966, V, do CPC/15, o que importa na inviabilidade do recurso especial ante a incidência da Súmula 284/STF.

- Da ausência de prequestionamento

O acórdão recorrido não decidiu acerca dos art. 6º, VI, do CDC, dos arts. 186 e 927, do CC/02 e dos arts. 80, I, II e V, 81, 489, §1º, VI, 927, IV, 932, V, "a" e 966, V, do CPC/15, indicados como violados, apesar da interposição de embargos de declaração. Por isso, o julgamento do recurso especial é inadmissível. Aplica-se, na hipótese, a Súmula 211/STJ.

- Da existência de fundamento não impugnado

O agravante não impugnou os seguintes fundamentos utilizados pelo TJ/SP:

A alegação de que a medida liminar só foi cumprida dois meses depois da tutela antecipada não é apta a ensejar a reprimenda.

Caberia a autora noticiar o descumprimento a fim de que fosse aplicada astreintes e não requerer a aplicação de litigância de

má-fé, que possui outras hipóteses de cabimento, nos termos do art. 17 do CPC/73, vigente à época dos fatos. (e-STJ, fl. 312)

Aliás, a própria urgência foi motivo de divergência, tanto que a tutela antecipada não foi deferida de pronto. (e-STJ, fl. 314)

Como esses fundamentos não foram impugnados, deve-se manter o acórdão recorrido. Aplica-se, na hipótese, a Súmula 283/STF.

- Do reexame de fatos e provas

Alterar o decidido no acórdão impugnado, no que se refere à deslealdade processual da agravada e à necessidade de reparação por danos extrapatrimoniais, exige o reexame de fatos e provas, o que é vedado em recurso especial pela Súmula 7/STJ.

- Da divergência jurisprudencial

Entre os acórdãos trazidos à colação, não há o necessário cotejo analítico nem a comprovação da similitude fática, elementos indispensáveis à demonstração da divergência. Assim, a análise da existência do dissídio é inviável, porque foram descumpridos os arts. 541, parágrafo único, do CPC e 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ.

Forte nessas razões, RECONSIDERO a decisão primeira (e-STJ, fls. 437/438), CONHEÇO do agravo e, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15, NÃO CONHEÇO do recurso especial.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação ao pagamento das penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora

